

**Intervenção de Luis Magalhães, Presidente da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP
na Sessão de Encerramento da Reunião Ministerial sobre Política Europeia de Inclusão Digital
organizada conjuntamente pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP
e pela Direcção-Geral de Sociedade da Informação e Media da Comissão Europeia
no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho Europeu
Lisboa, 2-3 de Dezembro de 2007**

(proferida enquanto era projectado um vídeo de fotografias de Espaços Internet de Portugal)

A minha curta intervenção é na qualidade de Presidente do Instituto Público que em Portugal é responsável pela coordenação das políticas para a Sociedade da Informação – a Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC) – que também foi a principal entidade portuguesa organizadora desta conferência em parceria com a Comissão Europeia.

A Internet, os computadores, os telefones móveis, e outros desenvolvimentos das Tecnologias de Informação e Comunicação como a fibra óptica e a TV digital, têm **transformado profundamente a maneira como as pessoas vivem – como aprendem, trabalham, ocupam os tempos livres e interagem**, tanto nas relações pessoais como com as organizações.

É clara a importância central desta transformação para as actuais e futuras oportunidades económicas e para a qualidade de vida das pessoas.

Sempre que é introduzida uma poderosa tecnologia facilitadora de comunicações, a evolução natural, se o curso dos acontecimentos ficasse entregue a si próprio, seria o **aumento da desigualdade de oportunidades** – os mais privilegiados beneficiam naturalmente mais do que os outros. Nessas alturas é crítico promover **políticas públicas sociais de inclusão com essa própria tecnologia**.

Quando há 10 anos, em 1997, foram iniciadas as políticas públicas para a Sociedade da Informação em Portugal, e Portugal trilhou os primeiros passos das políticas europeias desta área que depois reforçou na presidência da União Europeia em 2000, foi logo evidente que o desafio central era **embeber a sociedade da informação na vida das comunidades**. A inclusão digital foi uma prioridade clara desde o primeiro momento.

O fosso digital em Portugal está principalmente ligado ao nível educacional das pessoas. **Portugal tem uma posição entre os países mais destacados na utilização da Internet pelas pessoas com educação superior ou secundária, respectivamente 87% e 80%, claramente acima das médias europeias e no grupo dos países nórdicos, e da Holanda, Luxemburgo e Reino Unido. Muito acima do que seria de esperar a partir dos indicadores macroeconómicos**. Mas Portugal tem uma situação particular no que toca a qualificações da população que foi herdada de um longo período em que politicamente se acalentou a ignorância do povo. **Pouco mais de um quarto da população adulta tem educação secundária**. É bem conhecida e fácil de entender a dificuldade de utilização de computadores e da Internet por adultos sem educação secundária. O problema é que em Portugal este é um grupo muito grande.

Assim, as prioridades das políticas de inclusão digital são em Portugal: (1) **educação e formação em e com Tecnologias de Informação e Comunicação**, (2) **disseminação de locais de acesso público e livre a computadores e à Internet, com apoio de pessoal próprio, locais a que chamamos Espaços Internet**, e (3) **acessibilidade para pessoas com deficiência**.

Para concretizar, menciono uma parte do que foi feito:

- **Criaram-se mais de 1.130 Espaços Internet que constituem presentemente a rede mais densa da Europa**. Enquanto termino a minha intervenção faço passar imagens de Espaços Internet em variados lugares do país. **Incluem-se no conjunto de Espaços Internet 132 em Centros de Inclusão Digital para imigrantes e crianças na maioria em bairros carentes, e 209 em instituições de solidariedade social. A Rede de Espaços Internet é um poderoso instrumento de inclusão digital**.
- **Ligaram-se todas as escolas à Internet** de 1997 a 2001, e **depois em banda larga** em 2005, o que permitiu a Portugal ter estado na linha da frente na ligação das escolas à Internet.
- **Apoiou-se a introdução de computadores e da Internet nas escolas primárias por projectos com instituições do Ensino Superior, através da acção directa e regular de equipas de especialistas em educação**. Centenas de milhares de estudantes e dezenas de milhares de professores foram envolvidos nessas actividades.
- Já neste ano, iniciou-se o **Programa e-Escola** que permite a alunos do 10º ano, a professores do ensino básico e secundário e a adultos do programa de formação **Novas Oportunidades**, que visa qualificar 1 milhão de adultos até 2010, **obterem computadores portáteis com ligação em banda larga à Internet** a

custo baixo para o utilizador (inicialmente 150 euros e uma mensalidade de 15 euros), com o objectivo de atingir mais de meio milhão de pessoas.

- Portugal foi o 1º país da Europa e o 3º do mundo a aprovar, em 1997, legislação de requisitos de acessibilidade dos sítios da administração pública na Internet para cidadãos com deficiência. Em consequência, temos hoje em dia uma das melhores situações na União Europeia, mas mesmo assim muito insuficiente. **Em Outubro deste ano, o Governo determinou que todos os sítios do próprio Governo e da Administração Pública Central deveriam satisfazer até ao fim do ano os critérios de acessibilidade do nível A do World Wide Web Consortium, e no caso de sítios transaccionais do nível AAA num prazo de 6 meses.** Decorrem iniciativas com o objectivo de melhorar a acessibilidade dos sítios de homebanking e de comércio electrónico.

A acessibilidade deve ser particularmente sublinhada hoje, no dia definido pelas Nações Unidas como **Dia Mundial das Pessoas com Deficiência**.

Foi obtido no Conselho de Competitividade de há pouco mais de uma semana acordo sobre o **programa conjunto de investigação em *Ambient Assisted Living*** com vista à codecisão da sua aprovação com o Parlamento Europeu. Esta área, com um elevado potencial impacto na inclusão, tem recebido em Portugal uma atenção particular, estando previsto, no âmbito de um Programa de cooperação entre a *Fraunhofer Gesellschaft* e Portugal que **o primeiro Instituto Fraunhofer fora da Alemanha seja localizado em Portugal e tenha actividades precisamente nesta área.**

Para terminar, e como responsável pela entidade portuguesa mais envolvida na organização desta reunião – a Agência para a Sociedade do Conhecimento – gostaria de agradecer colectivamente a todas as pessoas que trabalharam afincadamente na organização desta reunião, tanto de organizações portuguesas como da Direcção-Geral para a Sociedade da Informação e Media da Comissão Europeia. Como todos sabem, a organização de um encontro como este envolve trabalho difícil e continuado de muita gente e com grande dedicação.

Muito obrigado a todos.